

A prestação de contas dos projetos de extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e suas contribuições para consecução dos objetivos da Educação Profissional e Tecnológica

Accountability of extension projects in the Federal Institutes of Education, Science and Technology and their contributions to achieving the objectives of Professional and Technological Education

Recebido: 04/11/2021 | **Revisado:** 09/02/2023 | **Aceito:** 14/02/2023 | **Publicado:** 08/05/2023

Alessandro Franco de Melo
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0173-173X>
Universidade Federal da Bahia
E-mail: alessandromelo@hotmail.com

Georges Souto Rocha
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3717-9537>
Universidade Federal da Bahia
E-mail: georges.rocha@gmail.com

Como citar: MELO, A. F.; ROCHA, G. S.; A prestação de contas dos projetos de extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e suas contribuições para consecução dos objetivos da Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-18 e13259, Mai. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

As atividades de extensão representam uma das formas mais atuantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) junto a sociedade, pois ao observar seus objetivos e finalidades é notório que as ações de extensão são fundamentais para o diálogo efetivo entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa. Por meio de uma pesquisa exploratória, através dos procedimentos bibliográfico e documental para a coleta de informações, o presente artigo visa demonstrar a importância de se enfatizar na prestação de contas desses projetos extensionistas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia suas contribuições para consecução dos objetivos da EPT, superando a ideia de uma obrigação apenas contábil.

Palavras-chave: Prestação de contas; Extensão; Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract

Extension activities represent one of the most active forms of Professional and Technological Education (EPT) in society, because by observing its objectives and purposes, it is clear that extension actions are essential for effective dialogue between social demands, teaching and the search. Through an exploratory research, through bibliographic and documentary procedures for the collection of information, this article aims to demonstrate the importance of emphasizing the accountability of these extension projects in the Federal Institutes of Education, Science and Technology their contributions to the achievement of objectives of the EPT, surpassing the idea of a mere accounting obligation.

Keywords: Accountability; Extension; Professional and Technological Education.

1 INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro do referido ano (Lei nº 11.892/08), também conhecida por Rede Federal, constituiu um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Reconhecida pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer.

Em 2019, a Rede Federal era composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos campi associados a estas instituições federais, tinham-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (BRASIL, 2021).

Sabe-se que, além de ministrar cursos técnicos profissionais de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, fazem parte dos objetivos da Educação Profissional Tecnológica – EPT, no âmbito da Rede Federal e, assim, dos Institutos Federais, entre outros (BRASIL, 2008):

Art. 7º: [...]

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; [...]

Sendo assim, observa-se que uma das formas mais atuantes da educação profissional e tecnológica junto a sociedade ocorre por meio das atividades de extensão.

Segundo o Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT (2013, p. 13), a atividade de extensão é compreendida como o “espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região”, sendo capaz de interligar as atividades de ensino e de pesquisa nos Institutos Federais com as demandas da maioria da população, a fim de que se possa consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

Observando atentamente os objetivos e finalidades da educação profissional e tecnológica, percebe-se que as ações de extensão funcionam como um elo entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, contribuindo ao processo de ensino-aprendizagem dos discentes participantes, uma vez que a extensão, a pesquisa e o ensino devem ser indissociáveis, buscando impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais locais (GOMES, 2018, p. 04), por isso, é peça chave para a efetividade das políticas da EPT quando se trata da articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

A culminância das ações que compõe os projetos de extensão ocorre com sua prestação de contas, imprescindível não só pelos recursos financeiros atrelados a estes projetos, mas também pelo dever da administração pública avaliar se os resultados esperados e os objetivos planejados estão sendo atingidos, a fim de que se possa verificar se tais projetos guardam relação com os objetivos da EPT.

Destacam-se, dessa forma, resultados da EPT referentes não só à comunidade acadêmica envolvida (discentes, docentes e técnicos), mas também a todo contexto social e produtivo local e regional, dada a finalidade das atividades extensionistas, com a qual se busca promover condições materiais e humanas necessárias para oferecer uma formação integral ao estudante, conforme a ideia de educação básica unitária:

A educação profissional que se vincula, pois, a uma outra perspectiva de desenvolvimento, demanda uma dupla articulação: com a educação básica e com políticas de geração de emprego e renda. A expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica unitária e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 13).

Por meio de uma pesquisa exploratória, através dos procedimentos bibliográfico e documental para a coleta de informações realizadas na doutrina especializada e nos normativos correlatos vigentes, o presente artigo visa demonstrar a importância de se enfatizar na prestação de contas desses projetos extensionistas suas contribuições para consecução dos objetivos da EPT, principalmente quanto suas articulações com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, superando a ideia de uma obrigação apenas contábil.

2 CONCEITUAÇÃO DA EXTENSÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

A palavra extensão, no seu sentido estrito, significa ato ou efeito de estender(-se); difundir (EXTENSÃO, 2015). No sentido conotativo aqui empregado, trata-se de processos de duplo sentido no qual a instituição de educação leva conhecimentos a partir de uma dinâmica que simultaneamente traz para si tanto as demandas quanto

os conhecimentos gerados nos mais variados segmentos da sociedade nos quais estão em interação.

O conceito de extensão não ficou imutável ao longo da história: partiu-se desde a extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã.

Chaves (2017, p. 30) identifica uma ressignificação da extensão nas relações internas acadêmicas e na sua relação com a comunidade em que está inserida, apresentando um quadro de definições conceituais da extensão em relação à sociedade, adaptado dos estudos de Melo Neto (2001, *apud* CHAVES, 2017, p. 32), apresentado logo abaixo.

Quadro 1: Definições conceituais da extensão em relação à sociedade.

DEFINIÇÃO	CONCEITO	ATIVIDADE
Via de mão única	A universidade vai a sociedade, levar algo de sua especialidade. A sociedade é apenas receptora.	Assistencialismo, curso, evento, assessoria, prestação de serviço.
Via de mão dupla	A universidade por um lado leva conhecimento para a sociedade e por outro traz o conhecimento.	Por meio da troca de conhecimento pelo diálogo, em termos das demandas da sociedade e da universidade.
Processo educativo, cultural e científico	A extensão como ação cidadã, em que a população também é sujeito do conhecimento.	Trabalho continuado, permanente e que contemple as possibilidades do conhecimento teórico.

Fonte: Melo Neto (2001, *apud* CHAVES, 2017, p. 32).

Acompanhando tal evolução conceitual, o Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT (2013, p. 13), destaca que a atividade de extensão é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região.

Assim, torna-se capaz de interligar as atividades de ensino e de pesquisa nos Institutos Federais com as demandas da maioria da população, a fim de que se possa consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

Nesse sentido, a extensão configura-se como algo além da união entre a instituição de educação e a sociedade, apresentando-se em uma realidade social e política na qual as pessoas se expressam. Entrementes, destaca-se os ensinamentos

de Paulo Freire (2013, p. 106) nos quais já se afirmara a extensão não apenas como ato de estender “o saber, a cultura ou o conhecimento técnico”, mas como oportunidade de construir e buscar o conhecimento conjuntamente com o educando.

Portanto, a Extensão para Freire - na visão de Gomes (2018, p.27) - vai muito além de ações educativas que apenas transferem conhecimento ou de ações assistencialistas que apenas prestam serviço. As ações desenvolvidas devem despertar o espírito crítico, a consciência dos aspectos multifacetados da estrutura da realidade, a visão integradora dos muitos bens materiais e simbólicos que sustentam a estrutura social, e, fundamentalmente, propiciar condições de ação e transformação dessa realidade.

Partindo dessa ótica freiriana, corrobora Carvalhais (2014, p. 72) quando relata que a extensão pode ser concebida como uma prática social fundamentada na interação dialógica, mediante a promoção de transformações mútuas e uma nova postura da universidade diante da sociedade, apresentando uma ênfase na relação teoria-prática com oportunidade de troca de saberes.

Confirma-se essa ideia ao se observar o artigo 6º da Portaria da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação - MEC nº 17, de 11 de maio de 2016, que afirma que “As atividades de Extensão são aquelas relacionadas à transferência mútua de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido a comunidade externa.” (BRASIL, 2016).

Assim, pode-se afirmar que o compromisso social que a instituição de educação deve assumir com a comunidade na qual está inserida, através da extensão, perpassa pela função básica de produtora e socializadora do conhecimento científico devendo propor projetos visando a intervenção na realidade em busca de ações coletivas que beneficiam a instituição e a população, conforme apresenta Souza (2014, p. 44).

Dessa forma, se o papel das Instituições Federais de Educação está intimamente vinculado ao desenvolvimento local e à promoção da cidadania, as atividades de extensão são fundamentais para o diálogo efetivo entre instituição e sociedade.

Nesse ponto, já é claro o aspecto da extensão enquanto política de interação com a sociedade, apresentando-se duas faces ou beneficiários, conforme frisa Gomes (2018, p. 02): a comunidade em geral, como beneficiária das ações; e os discentes, enquanto prática pedagógica que auxilia na formação humana integral da educação profissional e tecnológica.

Portanto, com a proposta de interação entre esses beneficiários, afirmava Freire (2013, p. 106) que a extensão deveria ser uma estratégia de construção de conhecimento conjunto, utilizando saberes do agente responsável (meio acadêmico) junto com a comunidade externa, sendo dessa forma um conhecimento co-produzido, transformado pela própria experiência de trabalho coletivo.

O conceito de extensão adaptou-se ao longo do tempo, mas sempre esteve ligado à relação entre as instituições de educação com a sociedade, através de um processo educacional que leve à comunidade acadêmica a compreensão da realidade social e que, principalmente, leve o conhecimento produzido na comunidade

acadêmica para além dos seus muros com foco no atendimento das demandas sociais.

Ratificando essa ideia, apresenta-se adiante o conceito descrito no FORPROEXT, englobante das ideias apresentadas aqui quanto a conceituação de extensão:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (FORPROEXT, 2013, p. 16).

Observando atentamente os objetivos e finalidades da educação profissional e tecnológica, percebe-se que as ações de extensão funcionam como um elo entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, buscando impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais locais (GOMES, 2018, p. 04), por isso, é peça chave para a efetividade das políticas da EPT quando se trata da articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

3 OS OBJETIVOS DA EXTENSÃO NA REDE FEDERAL

A Lei de instituição da Rede Federal e de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/08) constituiu um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país.

Além de ministrar cursos técnicos profissionais de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, fazem parte dos objetivos da Educação Profissional Tecnológica – EPT, no âmbito da Rede Federal e, assim, dos Institutos Federais, entre outros:

Art. 7º: [...]

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; [...]

À luz dos elementos conceituais que subsidiaram a criação dos Institutos Federais, afirma-se a educação profissional e tecnológica como uma política pública (BRASIL, 2010, p. 07). Considerando que a extensão é o elo entre a sociedade e a

instituição de educação e por esta desenvolver projetos que atendem à sociedade civil, Santos (2011, p. 73) afirma que a extensão deve ser vista como política pública de Estado, demandando a coparticipação e envolvimento de diversos entes, governamentais ou não governamentais.

Por oportuno, observa-se que tais objetivos legais das atividades de extensão apresentam-se como um dos princípios da EPT de nível médio, conforme o inciso X do artigo 3º da Resolução conjunta do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 01, de 05 de janeiro de 2021:

Art. 3º São princípios da Educação Profissional e Tecnológica: [...]

X - articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais; [...] (BRASIL, 2021)

A partir desse reconhecimento legal da finalidade das atividades de extensão, evidencia-se a conceituação da extensão expressando uma postura da instituição de educação diante da sociedade em que se insere, afinal é precípua à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico local e regional.

Assim, a concepção de extensão que deve ser desenvolvida nos seus projetos deve buscar refletir na forma pela qual a inserção dos futuros profissionais se concretiza na sociedade, buscando enfatizar a realidade enquanto favorecedora do processo de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Sem dúvida, para a consecução dos objetivos da EPT no tocante as atividades de extensão, é primordial que se promova essa interação com o meio externo ao qual a instituição de educação está inserida, de maneira que o conhecimento a ser produzido através das ações extensionistas possa se relacionar com as demandas e necessidades da comunidade local e regional, fomentando a realização de projetos para o atendimento das demandas dos arranjos produtivos sociais e culturais e socializando e democratizando o conhecimento produzido existente na instituição.

4 PRESTAÇÃO DE CONTAS E OS PROJETOS DE EXTENSÃO

Na área pública, segundo Castro (2009, p. 304), a existência de um órgão/entidade (como um Instituto ou Universidade) e a utilização de recursos públicos para executar uma despesa orçamentária exige uma prestação de contas com um nível mais detalhado de informação, capaz de poder avaliar se os objetivos descritos foram atingidos.

Assim, a prestação de contas, que inicialmente virou sinônimo de elaboração de balanços, centrando-se apenas nos aspectos financeiros e patrimoniais, passa a ser um conceito mais amplo do que o tradicional, ou seja, não é apenas a exposição de resultados quanto a custos, receitas e despesas contábeis, nem somente a demonstração do desempenho quantitativo, mas inclui aspectos qualitativos e visa envolver todos os grupos de interesses da organização, conforme enfatiza Aragão Júnior (2018, p.59).

Tal ampliação do conceito de prestação de contas advém da ideia de *accountability*, termo da língua inglesa que não possui tradução específica na língua pátria, mas que remete à ideia de prestação de contas, transparência ou responsabilização dos gestores quanto à execução e administração dos recursos públicos, a fim de assegurar uma administração responsável.

Segundo o estudo de Medeiros, Crantschaninov e Silva (2013, p.770) o qual realizou uma meta-análise de periódicos brasileiros buscando identificar como o termo *accountability* tem sido tratado na literatura pátria, apresentou-se que

Analisando o tratamento dado ao tema *accountability* nos artigos pesquisados, conclui-se que os artigos que fazem uma discussão específica sobre a mesma apresentam uma clara confusão sobre o seu significado, sendo identificados diferentes termos para explicá-la. Apesar disso, observa-se que os termos "responsabilização" e "prestação de contas" são os mais citados nas definições.

A difícil tradução do termo *accountability* para o português vem sendo discutida desde os anos 1990, destacando o trabalho de Campos (1990, p. 33), o qual afirma que o conceito de *accountability* está diretamente relacionado a um maior estágio de desenvolvimento democrático de uma nação.

Nesse sentido, afirma Castro (2009, p. 304) que

[...] *accountability*, portanto, deve ser entendida como uma filosofia de prestação de contas: significa a responsabilidade de se prestar contas ao cidadão das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados, onde deve haver uma preocupação em falar a linguagem do cidadão, pois parte da ideia de uma gestão democrática.

Ratificando esse entendimento, Buta, Teixeira e Schurgelies (2018, p. 51) salientam que uma série de medidas institucionais sobre o tema foram introduzidas no contexto nacional, de modo que atualmente não se trata apenas questões de natureza orçamentária e financeira, como originalmente se tratava, como também assuntos profundamente democráticos.

Hodiernamente, a função do instituto da prestação de contas parte da obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual a Administração Pública é responsável (atribuição, dever).

Esse conceito é base da transparência e do controle social, definições mais próximas do termo governança, sendo este a capacidade do governo de responder às demandas da sociedade, à transparência das ações do poder público e à responsabilidade dos agentes políticos e administradores públicos pelos seus atos, transcendendo ao conceito de prestação de contas tradicional (CASTRO, 2009, p. 302).

Para o autor anteriormente citado, o conceito de contas vem sendo redefinido como toda e qualquer informação confiável e relevante que se possa obter, direta ou indiretamente, permitindo avaliar a conformidade e o desempenho da gestão.

Nessa linha, Herek (2017, p.66) afirma que a

Accountability é considerada como multifacetada e caracterizada como processo democrático. A responsabilidade dos servidores públicos por cumprir a lei, manter uma postura ética, defender o interesse público e os princípios democráticos e atender ao interesse dos cidadãos. Tem também a característica do agente público ter a capacidade de compreender e responder às necessidades e às expectativas dos cidadãos. Reconhece a *accountability* institucional em relação à conformidade com as regras e procedimentos administrativos e resultados esperados.

A presente pesquisa valeu-se da supressão do termo *accountability* para evitar a utilização de estrangeirismo, utilizando a expressão “prestação de contas” por ser de uso mais comum à Administração Pública Federal, uma vez que a própria expressão é observada nos normativos vigentes.

Apenas a título exemplificativo, demonstra-se na prática a limitação quanto ao entendimento do que se sugere quanto à prestação de contas dos projetos de extensão ao observar um documento normativo do Instituto Federal Baiano (Nota Informativa PROEX nº 06, de 18 de maio de 2020) quando descreve na sua ementa:

Regulamentar a execução, monitoramento e **prestação de contas dos recursos financeiros** relativos a Projetos de Extensão aprovados em Editais da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, a partir do ano de 2019, através do Sistema Unificado de Administração Pública-SUAP (grifo nosso). (IF Baiano, 2020)

Assim, a relação da prestação de contas com os projetos de extensão desenvolvidos nos Institutos Federais deve ultrapassar o cunho meramente contábil-financeiro alcançando a necessidade de a Administração Pública avaliar se objetivos traçados para EPT estão sendo alcançados.

4.1 CONTRIBUIÇÕES PARA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA EPT

Uma vez já demonstrados os objetivos da EPT, já se é perceptível que uma das formas mais atuantes da educação profissional e tecnológica junto a sociedade se dá, de fato, por meio das atividades de extensão.

Por isso, Pacheco (2015, p.89) afirma que

Ora, se o papel dos Institutos Federais está visceralmente vinculado ao desenvolvimento local e à promoção da cidadania, as atividades de extensão (inciso IV) tornam-se essenciais para o diálogo efetivo entre instituição e sociedade. (...) As atividades de extensão são também valiosos instrumentos para inserção do egresso no mundo do trabalho

e a manutenção de seu vínculo com a instituição, como canal de informações sobre a efetividade das ações institucionais diante do cumprimento de suas finalidades.

Corroborando Gomes (2018, p. 03) quando apresenta no seu estudo a extensão como um dos componentes principais para os Institutos Federais atuarem junto às potencialidades locais e regionais, almejando o desenvolvimento socioeconômico das regiões nas quais a educação profissional e tecnológica está diretamente inserida.

Nesse citado estudo, apresentaram-se as ações e resultados de dois projetos de extensão promovidos pelo IFRN, Campus Currais Novos, que foram voltados para a agroecologia e apicultura, em uma região com baixa dinâmica econômica e dificuldades enfrentadas por questões climáticas, como é o caso do sertão no Seridó potiguar.

O autor deste estudo observou que tais projetos foram capazes de estimular a autorrealização e a qualificação técnica dos discentes e dos trabalhadores da comunidade local envolvidos, sendo nítida a contribuição da extensão no desenvolvimento local por apoiar a pequena empresa e associações, ampliando a base tecnológica e respondendo ao desemprego, através da difusão de conhecimentos científicos e transferência de tecnologias.

Assim, projetos como estes podem ser diferenciais na vida estudantil e profissional dos discentes, nos quais a extensão torna-se parte promotora de mudanças e melhorias para as comunidades locais, alcançando, portanto, os objetivos traçados para EPT.

Reforça-se que para a consecução dos objetivos legais previstos à prática extensionista, as ações dos Institutos Federais devem estar intimamente vinculadas às realidades locais e regionais demonstrando um novo fazer pedagógico para além da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, tendo a pesquisa como princípio educativo e científico e as ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade (GOMES, 2018, p. 04).

Noutra pesquisa, Bonifácio (2017, p. 80) infere que a concepção de extensão presente nos projetos de extensão “refletirá diretamente na forma pela qual a inserção dos futuros profissionais se concretiza na sociedade, bem como no reconhecimento ou não da realidade enquanto favorecedora do processo de produção de conhecimentos”.

Tal concepção acaba por reconhecer a possibilidade da produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos possibilitadores de transformações sociais através da relação entre a Universidade e a comunidade, traduzindo os objetivos da EPT em realidade palpável.

Moura (2018, p.05), ratifica essa expressão ao afirmar que a extensão

[...] é um processo educacional que visa estabelecer uma prática de formação que leve à compreensão da realidade social e visa também levar o conhecimento produzido na comunidade acadêmica para fora de seus muros e trazer os conhecimentos sociais para as instituições educacionais.

Então, para que as atividades extensionistas de fato contribuam para consecução dos objetivos propostos para EPT, as expectativas da sociedade devem ser consideradas nos seus projetos, valorizando-se o contexto local no qual o saber científico irá associar-se ao saber popular, assim como a teoria aliar-se-á à prática permeada pela realidade social.

Esse sentido de compromisso social da extensão na relação dos Institutos de educação com a sociedade, ressaltando seu fundamental papel no processo educacional, concorda com o pensamento de Frigotto (2003, p. 08), que enfatiza que

A educação jamais pode ser reduzida a um fator, ela deve ser concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma produtora e participante dessa relação social (FRIGOTTO, 2003, p. 08).

Outro estudo que ressalta a importante contribuição da atividade extensionista no alcance dos objetivos da EPT foi desenvolvido por Gasparotto e cols. (2018), o qual apresentou e discutiu os impactos referentes às práticas do projeto de extensão intitulado “Mãos Itinerantes” no que diz respeito à comunidade local e à formação dos estudantes do curso técnico em Massoterapia do Instituto Federal do Paraná - IFPR/Campus Curitiba.

Nesta pesquisa foi possível aferir que o contato com a prática profissional estimulada na instituição de ensino quando vinculada ao contexto do mundo do trabalho que o aluno enfrentará no término do curso facilita a compreensão de sua atividade laboral e evita “choques de realidades” que muitas vezes são responsáveis pela desistência do novo profissional, dado seu cotidiano laboral na comunidade.

O estudo traz reflexões sobre a importância dos projetos de extensão estar integrados às perspectivas de formação discente que sejam capazes de aproximar realidades através do contato do discente com o meio externo, onde no futuro atuará profissionalmente, além disso, o incentivo às práticas de extensão pode auxiliar no processo de iniciação científica e atuação em pesquisa, uma vez que instiga o aluno a refletir e buscar mais informações sobre suas necessidades na capacitação técnica (GASPAROTTO e cols., 2018, p. 10).

Tal reflexão está alinhada exatamente com os objetivos da EPT nos Institutos Federais descritos na Lei nº 11.892/08, acrescentando-se de que a práxis deve ser objeto de preocupação das instituições de ensino a fim de que possam garantir uma formação mais atrelada às demandas e perspectivas esperadas daquela comunidade a que o estudante pertence.

Assim, ainda segundo os autores dessa pesquisa, o impacto positivo que as ações extensionistas causam à comunidade local sinaliza a importância dessa iniciativa nas instituições, principalmente no que diz respeito aos Institutos Federais uma vez que valoriza a capacitação profissional sem desvincular o aluno do cenário em que vive sua comunidade.

Pezzani e cols. (2017, *apud* Gasparotto e cols., 2018, p. 04-05) afirmam que

A participação de estudantes na comunidade promove oportunidades para discussões baseadas na resolução de problemas reais. Trabalhar em ambientes complexos em que se põe à prova os conhecimentos acadêmicos, interdisciplinar e a interação com diferentes atores da sociedade promove uma formação qualificada.

Este mesmo estudo conclui por inferir que a formação do aluno vai além da aquisição de conhecimento técnico científico e que estes esvaziam-se quando não integrados à realidade, enaltecendo, portanto, a contribuição da extensão à consecução dos objetivos da EPT.

Nesse contexto, cabe à extensão contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores econômicos populares, sociais e culturais da sociedade, visando atender as demandas locais e regionais, participando do processo de desenvolvimento do país.

Contudo, ressalva-se que apesar de considerar imprescindível a interação com o mundo produtivo, porque ainda se ventila a grande carência de “mão de obra qualificada” em nosso país, a educação profissional proporcionada pela Rede Federal deve extrapolar os ditames mercadológicos e proporcionar uma formação que dialogue com o universo do mundo do trabalho do qual o mercado é apenas parte que o constitui (FORPROEXT, 2013, p. 32).

Nessa perspectiva, ressalta-se uma importante observação de Pacheco (2010, p. 14) quando afirma que

derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste.

Fica evidenciado que a formação humana integral e a inserção social do sujeito cidadão não podem prescindir da sua preparação para inserção no mundo do trabalho, papel fundamental da extensão, destacando-se os dizeres de Saviani (2007):

Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações (SAVIANI, 2007, p. 154).

Extraí-se, então, que o trabalho constitui fator determinante da própria existência humana e que a EPT possui, por excelência, um papel estratégico no

processo de construção e de reprodução social, objetivos legais pertinentes à extensão. Torna-se um desafio para os Institutos Federais, dessa forma, dialogar com o mundo produtivo com vistas a buscar integração e consolidação de políticas de inclusão e crescimento social.

A respeito de tal ótica, assim afirma o Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT:

Como eixo orientador de suas atividades intrínsecas, a extensão deve atuar sobre os problemas suscitados não apenas pelas necessidades econômicas, mas, também, sociais, ambientais e culturais, considerando as singularidades de cada região. Nesse sentido, remete à Rede Federal seu protagonismo em prol da sustentabilidade (FORPROEXT, 2013, p. 24).

Destarte, compreender a dinâmica das relações que se processam no mundo do trabalho representa campo fértil da ação extensionista, contribuindo para consecução dos seus objetivos na Rede Federal.

É importante ressaltar o envolvimento dos estudantes como protagonistas nessas ações, pois a participação em projetos de extensão permite-lhes interagir com diferentes nuances do mundo do trabalho de modo a conferir-lhes uma formação mais coerente com os propósitos da EPT. Assim, essa aproximação dos discentes é imprescindível à retroalimentação do processo de ensino e pesquisa e prospecção de oportunidades no mundo do trabalho.

Deve-se ter em mente que a extensão é também a possibilidade da síntese teoria e prática, da experimentação social, elementos fundamentais para uma formação profissional referenciada na realidade social, nas suas necessidades, na sua singularidade.

Por isso, compreende-se que a extensão, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de buscar a unidade da teoria e da prática, possibilita o rompimento com o atual padrão de ensino fragmentado, buscando a implementação de um modelo que corresponda à formação integral, destacando-se como recurso essencial e integrado ao processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, as ações extensionistas permitem a articulação entre ensino e pesquisa de maneira que o conhecimento a ser produzido possa se relacionar com as demandas e necessidades da comunidade (BONIFÁCIO, 2017, p. 75), expressando-se por uma postura das instituições de educação diante da sociedade em que se insere.

Daí concluir-se que a ação extensionista é reafirmada através da transformação social, sendo esse um mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação dos Institutos Federais com os outros setores da sociedade, objetivando sua atuação transformadora voltada para os interesses e necessidades da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, além de poder contribuir para o aprimoramento das políticas públicas.

Para que seja possível apresentar essas contribuições dos projetos de extensão para consecução dos objetivos da EPT é importante destacar o fundamental

papel da adequada prestação de contas desses projetos, a fim de que todo o alcance e resultado das práticas desenvolvidas possam ser comprovadamente divulgadas e reconhecidas pelos gestores, órgãos de controle, discentes, pesquisadores e pela própria sociedade, beneficiária final do conhecimento difundido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou demonstrar a importância de se enfatizar na prestação de contas desses projetos extensionistas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia suas contribuições para consecução dos objetivos da EPT, superando a ideia de uma obrigação apenas contábil.

Para tanto, apresentou-se os conceitos de extensão e prestação de contas ligados ao setor público, mas especificamente aos objetivos e finalidades da EPT na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica aplicados aos seus Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

De um modo geral, observou-se que os objetivos e finalidades da EPT demonstraram que o papel dos Institutos Federais está intimamente vinculado ao desenvolvimento local e à promoção da cidadania, sendo as atividades de extensão fundamentais para o diálogo efetivo entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, consolidando-se como peça chave para a efetividade das políticas da EPT quando se trata da articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

Em observância aos objetivos da EPT na Rede Federal aqui já descritos, ressaltou-se a nítida insistência no estabelecimento de uma relação transformadora dos Institutos com a sociedade, fazendo com que as ações de extensão surjam como o elo entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, buscando impactar na contínua revisão e harmonização dessas dimensões de aprendizagem com as necessidades socioeconômicas e culturais locais.

É nesse contexto que a prestação de contas dos projetos de extensão desenvolvidos nos Institutos Federais deve ultrapassar o cunho meramente contábil-financeiro alcançando a necessidade de a Administração Pública avaliar se objetivos traçados para EPT estão sendo alcançados e se os resultados são satisfatórios, sem se perder o foco no processo de ensino-aprendizagem para aproximar os discentes ao mundo do trabalho e estreitar os laços das instituições de ensino com os segmentos sociais presentes na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Ademais, reconhecem-se as limitações desse estudo quanto ao aferimento do grau da capacidade dessa prestação de contas dos projetos de extensão dos Institutos Federais apresentarem uma exitosa *accountability*, na acepção mais completa da palavra inglesa aqui apresentada, havendo, portanto, a necessidade de aprofundamento da pesquisa através da avaliação dessa efetiva comprovação da consecução dos objetivos da EPT nas atividades extensionistas por meio de estudos mais específicos de casos concretos.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO JÚNIOR, M. P. **O controle interno da Administração Pública brasileira como instrumento de accountability horizontal sob o enfoque gerencialista**. In: Fórum da Rede de Gestão Pública do Piauí. Controle, Transparência e Eficiência, Teresina-PI, 2018. v. 01. p. 54-67. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1GnUL5DqDNrrItDeqofvqTF51CIXjZyJo>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- BONIFÁCIO, Juliana Rodrigues. **A extensão universitária e o ensino em saúde na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: uma análise dos projetos de extensão**. Mestrado Profissional em Ensino em Saúde. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina-MG, 2017, 92 p. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1405>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 05 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução nº 01, de 05 de janeiro de 2021**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 05 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC. **Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes**. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC. **Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016**. Estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521280/do1-2016-05-13-portaria-n-17-de-11-de-maio-de-2016-21521206. Acesso em: 08 fev. 2021.
- BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; SCHURGELIES, Vinicius. **Accountability nos atos da administração pública federal brasileira**. Pretexto, Belo Horizonte, v. 19, n 4, p. 46-62, out-dez, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21714/pretexto.v19i4.5715>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CAMPOS, Ana Maria. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública, v. 24, n. 2, p. 30-50, fev./abr, 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049>. Acesso em: 10 fev. 2021

CARVALHAIS, Natalia Fraga. **Extensão Universitária e Educação Básica: o caso do Programa Escola Integrada.** Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2014, 423p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9NYJTV>. Acesso em: 12 jan 2021.

CASTRO, Domingos Poubel. **Auditoria e controle interno na administração pública.** 2. ed., São Paulo, Atlas, 2009.

CHAVES, Vanusa Soares. **Projeto de extensão universitário cidadão: uma análise sobre a prática extensionista com ênfase nas relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Saúde) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina-MG, 2017, 185 p. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1675>. Acesso em: 08 fev. 2021.

EXTENSÃO. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=extens%C3%A3o>. Acesso em 08 fev. 2021.

FORPROEXT: Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CONIF/Câmara de Extensão. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013, 88 p. Disponível em: http://200.131.54.20/portal/extensao/arquivos-1/ForproextExtensao_tecnologica.pdf. Acesso em: 08 fev. 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Disponível em: <https://bityli.com/hEAdSKRch>. Acesso em: 08 nov. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Educação profissional e desenvolvimento.** Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, com o patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005. Disponível em: <https://cutt.ly/Ckb4c1p>. Acesso em: 07 fev. 2021.

GASPAROTTO, Livia Pimenta Renó e cols. **Impacto da iniciativa extensionista na comunidade local e na formação do estudante do curso técnico em massoterapia: projeto “Mãos Itinerantes – Massoterapia em Eventos”.** Revista brasileira da educação profissional e tecnológica, Rio Grande do Norte, v. 01, p. 01-11, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327235964_Impacto_da_iniciativa_extensionista_na_comunidade_local_e_na_formacao_do_estudante_do_curso_tecnico_em_massoterapia_projeto_Maos_Itinerantes_-_Massoterapia_em_eventos. Acesso em: 11 fev. 2021.

GOMES, Danilo Cortez. **A extensão como colaboração para o sertão: vivências do IFRN no Seridó Potiguar.** Revista brasileira da educação profissional e

tecnológica, Rio Grande do Norte, v. 01, p. 01-19, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6858/0>. Acesso em: 05 fev. 2021.

HEREK, Mônica. **Accountability no contexto da educação superior brasileiro: comparativo entre universidade Federal, Estadual e Municipal**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18642/tese_herek_201707jul14.pdf. Acesso em: 08 nov. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Nota Informativa da PROEX nº 06, de 18 de maio de 2020**. Regulamentar a execução, monitoramento e prestação de contas dos recursos financeiros relativos a Projetos de Extensão aprovados em Editais da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, a partir do ano de 2019, através do Sistema Unificado de Administração Pública-SUAP. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2020/05/Nota-Informativa-n%C2%BA-06-de-18.05.2020-Presta%C3%A7%C3%A3o-de-Contas-no-SUAP.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2023.

MEDEIROS, Anny Karine; CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky; e SILVA, Fernanda Cristina. **Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais**. Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro 47(3):745-775, maio/jun, 2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/kPqPQT38HLbdHB9CzmKkdLC/?lang=pt>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MOURA, Dante Henrique e cols. **Extensão e formação na educação profissional**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, vol 01, nº 14, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7101>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. 28 p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SOUZA, Lenilza Alves Pereira. **Extensão universitária: institucionalidade e compromisso social**. Mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade

Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2014, 423p. Disponível em:
<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2172>. Acesso em: 08 fev. 2021.